



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO: Educação, Trabalho  
e exercício de Cidadania.**

Projeto de Extensão

Lobelia da Silva Faceira

Matrícula: 1807512

Rio de Janeiro, abril de 2020

## SUMÁRIO

1. Apresentação.....	2
2. Justificativa.....	6
3. Objetivos.....	7
3.1 Objetivo geral.....	7
3.2 Objetivos específicos.....	7
4. População alvo.....	8
5. Referencial teórico.....	9
6. Metodologia.....	13
6.1 Descrição das atividades.....	14
7. Avaliação.....	16
7.1 Matriz Avaliativa.....	17
8. Recursos.....	20
8.1 Recursos Humanos.....	20
8.2 Recursos Materiais de Consumo.....	20
8.3 Recursos Materiais Permanentes.....	21
9. Cronograma.....	22
10. Referencias bibliográficas.....	23

## **1. Apresentação**

A formação em Serviço Social deve estar pautada em currículos plenos dotados de flexibilidade, observando a maleabilidade na organização dos conteúdos, as singularidades regionais e locais, sem perda de referencial básico nas disciplinas fundamentais do currículo. Vale considerar também a dinâmica presente na organização de todos os componentes da estrutura curricular, de forma que possibilite a compreensão dos dilemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social. Nesse sentido, as respostas às demandas em que o Serviço Social é chamado a intervir exigem uma formação qualificada e o desenvolvimento de habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas necessárias ao fazer profissional, orientadas pelas atribuições privativas e competências profissionais e definidas pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93) e pelo Código de Ética (Resolução CFESS nº 273/93). O projeto pedagógico da Escola de Serviço Social da UNIRIO combina o domínio das principais referências teóricas utilizadas pela profissão com a qualificação técnica para desenvolvimento da dimensão investigativa necessária à apreensão a dinâmica dos fenômenos sociais, intervir na realidade e construir estratégias profissionais referenciadas pelo arcabouço teórico e técnico reconhecido, hegemonicamente, pela categoria. Ressalte-se que tal processo requer também um investimento em atividades complementares como a monitoria, iniciação científica, seminários, produção científica e os projetos de extensão universitária, que materializam a função social da Universidade Pública. Assim, entende-se que o compromisso profissional assumido pelo Serviço Social na contemporaneidade será reafirmado no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão.

Esclarecemos que o presente projeto de extensão está articulado as atividades da Escola de Serviço Social e do Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência (LPSPV) do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tendo como proposta inicial desenvolver atividades extensionistas com os prestadores

de serviços – modalidade de pena e medida alternativa - inseridos na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

As penas restritivas de direito, conhecidas como “penas e medidas alternativas” são substituições e alternativas penais à pena privativa de liberdade, que a lei permite aplicar em determinadas situações, quando o delito é considerado de baixo potencial ofensivo à sociedade, com base no grau de culpabilidade, nos antecedentes, na conduta social e na personalidade, visando, sem rejeitar o caráter ilícito do fato, substituir ou restringir a aplicação da pena de prisão. Trata-se de uma medida punitiva de caráter educativo e socialmente útil imposta ao autor da infração penal que não afasta o indivíduo da sociedade, não o exclui do convívio social e familiar e não o expõe às agruras do sistema penitenciário.

Esta modalidade punitiva só é permitida quando a pena não for superior a 4 anos, e atenda aos demais requisitos do artigo 44º do Código Penal, tendo o intuito de evitar o encarceramento massivo e reparar o dano causado à sociedade.

As penas privativas de liberdade, conforme o art. 44º, §2º do Código Penal Brasileiro, podem ser substituídas por até duas penas restritivas de direitos, quais sejam: prestação de serviços à comunidade ou entidade pública (PSC); prestação pecuniária; limitação de fim de semana; interdição temporária de direitos; e perda de bens e valores.

A Política Nacional de Penas e Medidas Alternativas tem natureza pública – constituindo uma política de segurança pública e de justiça - e corresponde a uma alternativa ao modelo de privação da liberdade.

Pode-se aplicar pena alternativa nas infrações penais de menor potencial ofensivo [...] e se pode punir com pena alternativa (também chamada de restritiva de direito) um indivíduo que passou por toda a instrução probatória, foi condenado a uma pena privativa de liberdade e na mesma condenação o juiz converteu essa pena privativa em uma das penas alternativas existentes no código penal. Logo, tanto medida alternativa, como pena alternativa constituem alternativas penais à prisão. (LIMA, 2001, p. 4).

De acordo com Lima (2001) as penas e medidas alternativas têm a proposta de diminuir o encarceramento e a privação da liberdade para pequenos delitos e infrações. O autor considera que a pena alternativa se aplica aos sujeitos que tiveram uma condenação criminal, ou seja, foram julgados e receberam uma sentença; já a medida alternativa destina-se às pessoas que concordaram em cumpri-la, evitando o processo judicial, como é o caso do que ocorre nos juizados especiais criminais.

A questão fundamental das penas e medidas alternativas é a dimensão educativa da sanção aplicada, propiciando aos beneficiados a possibilidade de refletirem sobre o delito cometido e o exercício de sua cidadania. Além de propiciar a participação da sociedade na reflexão dos problemas da criminalidade e na construção de soluções, em que todos assumam a responsabilidade cooperativamente.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com vistas a contribuir com o processo de cumprimento das penas e medidas alternativas e assumindo sua responsabilidade social, realizou o credenciamento junto a 9º Vara Federal Criminal. Neste sentido, numa “experiência piloto” a Escola de Serviço Social e o Programa de Pós-graduação em Memória Social receberão prestadores de serviços à comunidade e prestação pecuniária. Esclarecemos que a prestação de serviços à comunidade é a modalidade de pena alternativa que consiste em exercer atividades gratuitas junto a instituições públicas ou de direito privado com finalidade pública. Já a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a instituições públicas ou privadas com finalidade social. A quantia a ser paga será fixada pelo juiz, de acordo com a lei.

O presente projeto de extensão consiste numa proposta de acompanhamento aos sujeitos, que cumprem a pena e medida alternativa de prestação de serviços na Unirio, bem como aos servidores e setores da universidade, que receberão esses prestadores.

As atividades do presente projeto estão subdivididas em quatro etapas, ou seja, as ações serão organizadas de acordo com o período acadêmico do

discente, com vistas a contribuir para seu processo de formação profissional, bem como manter coerência com as habilidades e competências, que são desenvolvidas em cada período letivo.

Alunos de primeiro e segundo períodos:

Esses alunos ingressantes na Escola de Serviço Social ainda não possuem clareza da profissão, de suas atribuições privativas e dos diversos campos sócio ocupacionais. Logo, ele desenvolverá dentro do projeto as atividades de Grupo de Estudo, constituído como um espaço de leitura e debate teórico sobre as temáticas que se relacionam ao campo sócio jurídico.

Alunos de terceiro e quarto períodos:

Nesse período acadêmico, os alunos começam a conhecer os instrumentos e técnicas de intervenção, a dinâmica da prática profissional e a dimensão do projeto ético político profissional. Nesse sentido, os alunos iniciarão atividades de observação e acompanhamento ao coordenador do projeto na efetivação das diversas ações extensionistas.

Alunos de quinto e sexto períodos:

Nesse período os alunos já estão habilitados e possuem as competências teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa para iniciar o processo interventivo, tendo o acompanhamento, suporte profissional e a supervisão do professor-coordenador do projeto. Logo, os mesmos iniciarão a execução das diversas ações extensionistas.

Alunos de sétimo e oitavo períodos:

Nesses períodos acadêmicos, o aluno está desenvolvendo as habilidades de pesquisa, logo estarão aptos a iniciarem a coleta e análise de dados de pesquisas junto ao campo sócio jurídico.

Esclarecemos que estas atividades serão descritas nos procedimentos metodológicos do presente projeto, que tem como objeto de intervenção desenvolver acompanhamento e ações socioeducativas com os prestadores de serviços comunitários inseridos na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

## **2. Justificativa**

O projeto de extensão é de extrema relevância acadêmica, pois proporcionará aos alunos o contato com o campo ocupacional sócio jurídico e a vivência do exercício profissional, tendo oportunidade de aprimorar seus conhecimentos científicos e a articulação teoria prática.

Para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, o projeto tem grande importância uma vez que possibilitará um acompanhamento social dos prestadores de serviços e a efetivação de um trabalho interinstitucional junto à equipe técnica da 9ª Vara Federal Criminal.

O respectivo projeto também é relevante para os prestadores de serviços e para a 9ª Vara Federal Criminal, pois realizará o acompanhamento dos serviços prestados, contribuindo na efetivação de espaços de reflexão e debate sobre o delito cometido, a pena ou medida alternativa e o exercício de sua cidadania.

Pontuamos ainda, que as atividades extensionistas consistem na socialização de conhecimento e contribuição das produções e reflexões científicas para a comunidade e sociedade, propriamente dita, reafirmando a função social da universidade.

### **3. Objetivos**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Propiciar ao discente de Serviço Social vivência em atividades de ensino, extensão e de iniciação científica no campo sócio jurídico, especificamente, no âmbito das penas e medidas alternativas.

Implantar um trabalho socioeducativo e de acompanhamento à prestação de serviços comunitários na Escola de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Memória Social da UNIRIO.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

1. Estudar temáticas articuladas ao campo sócio jurídico, e especificamente, as penas e medidas alternativas.

2. Desenvolver ações socioeducativas, que caracterizem um espaço de reflexão e informação para os prestadores de serviços, com vistas a repensar criticamente temáticas diversas no âmbito da vida social e, especificamente, no processo de cumprimento do trabalho comunitário.

3. Realizar o acompanhamento dos prestadores de serviços na Escola de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Memória Social.

4. Desenvolver projetos de pesquisa relacionados às categorias teóricas Serviço Social, Trabalho, Cidadania e Penas Alternativas.

#### **4. População alvo**

As atividades extensionistas serão desenvolvidas com os prestadores de serviços – encaminhados pela 9ª Vara Federal Criminal - e os profissionais da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Memória Social, que acompanham a frequência, a assiduidade e o trabalho dos prestadores de serviços.

## 5. Referencial Teórico

A temática da instrumentalidade do serviço social não se constitui apenas em termos teórico-filosóficos, mas como reflexões constituintes dos processos históricos da realidade social e têm como matéria-prima a profissionalidade do serviço social, cotidianamente construída e reconstruída no movimento entre conservadorismo e renovação.

A instrumentalidade é uma propriedade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes no nível do cotidiano. Ao intentarem alterar o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

Todo trabalho social possui instrumentalidade, a qual é construída e reconstruída na trajetória das profissões pelos seus agentes. Esta condição inerente ao trabalho é dada pelos homens no processo de atendimento às necessidades materiais (comer, beber) e espirituais (relativas à mente, ao intelecto) suas e de outros homens. Pelo processo de trabalho os homens transformam a realidade, transformam-se a si mesmo e aos outros homens. Assim, os homens reproduzem material e socialmente a própria sociedade. A ação transformadora que é práxis, cujo modelo privilegiado é o trabalho, tem uma instrumentalidade. Detém a capacidade de manipulação, de conversão dos objetos em instrumentos que atendam as necessidades dos homens e de transformação da natureza em produtos úteis (e em decorrência, a transformação da sociedade). Mas a práxis

necessita de muitas outras capacidades/propriedades além da própria instrumentalidade.

Neste âmbito, o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica, pois, em domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos), necessários à realização da práxis.

Se trabalho é relação homem-natureza, e práxis é o conjunto das formas de objetivação dos homens (incluindo o próprio trabalho) num e noutro os homens realizam a sua teleologia. Toda postura teleológica encerra instrumentalidade, o que possibilita ao homem manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em meios para o alcance de suas finalidades. Converter os objetos naturais em coisas úteis, torná-los instrumentos é um processo teleológico, o qual necessita de um conhecimento correto das propriedades dos objetos. Nisso reside o caráter emancipatório do trabalho. Entretanto, tal conhecimento seria insuficiente se a ele não se acrescentasse a operatividade propriamente dita, a capacidade de os homens alterarem o estado atual de tais objetos. (Guerra, 2000).

No trabalho o homem desenvolve capacidades, que passam a mediar sua relação com outros homens. Desenvolve também mediações, tais como a consciência, a linguagem, o conhecimento, mediações estas em nível da reprodução do ser social como ser histórico, e, portanto, postas pela práxis. Isso porque, o desenvolvimento do trabalho exige o desenvolvimento das próprias

relações sociais e o processo de reprodução social, como um todo, requer mediações de complexos sociais. Mas isso só ocorre em condições sócio-históricas determinadas, como o próprio processo produtivo capitalista.

Pelas suas características, o processo produtivo capitalista detém a propriedade de converter as instituições e práticas sociais em instrumentos/meios de reprodução do capital. Isso se dá por meio de profundas e substantivas transformações societárias, as quais não poderão ser tratadas neste texto. Cabe-nos apenas sinalizar que num determinado tipo de sociedade, a do capital, o trabalhador deixa de lado suas necessidades enquanto gênero humana e se converte em instrumentos para a execução das necessidades de outrem.

Muitas das requisições da profissão de serviço social são de ordem instrumental (em nível de responder às demandas contraditórias do capital e do trabalho e em nível de operar modificações imediatas no contexto empírico), exigindo respostas instrumentais, o exercício profissional não se restringe a elas. Com isso queremos afirmar que reconhecer e atender às requisições técnico-instrumentais da profissão não significa ser funcional à manutenção da ordem ou ao projeto burguês. Isto pode vir a ocorrer quando se reduz a intervenção profissional à sua dimensão instrumental. Esta é necessária para garantir a eficácia e eficiência operatória da profissão. Porém, reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de qualquer finalidade. Significa também limitar as demandas profissionais às exigências do mercado de trabalho. É também equivocado pensar que para realizá-las o profissional possa prescindir de referências teóricas e ético-políticas.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, mecanizadas. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a

projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos.

Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa, e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais. No primeiro caso a instrumentalidade articula as dimensões da profissão e é a síntese das mesmas. No segundo, ela possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que os sujeitos, face a sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais.

Este enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas possa antecipá-las, que habilitado no manejo do instrumental técnico saiba colocá-lo no seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional) e, ainda, que reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital.

## 6. Metodologia

Objetivo Geral	Atividades	Periodicidade	Local
Estudar temáticas articuladas ao campo sócio jurídico, e especificamente as penas e medidas alternativas.	Grupo de estudos e Pesquisa	Mensal	UNIRIO
Estimular ações socioeducativas, que caracterizem um espaço de reflexão e informação para os prestadores de serviços, com vistas a repensar criticamente temáticas diversas no âmbito da vida social e, especificamente, do processo de cumprimento do serviço comunitário.	Trabalho socioeducativo com os prestadores	Quinzenal	UNIRIO
Realizar o acompanhamento dos prestadores de serviços na Escola de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Memória Social.	Reunião com servidores da UNIRIO, que acompanham diariamente os prestadores de serviços	Quinzenal	UNIRIO
	Participar de reuniões agendadas ou eventuais com a equipe interdisciplinar da 9º Vara Federal Criminal.	Demanda espontânea	UNIRIO ou 9º Vara Federal Criminal.
Desenvolver projetos de pesquisa relacionados às categorias teóricas SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO, CIDADANIA e PENAS ALTERNATIVAS.	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Mapeamento dos temas;</li> <li>+ Elaboração do Projeto de Pesquisa.</li> <li>+ Elaboração da Pesquisa de campo;</li> <li>+ Leituras e construção do marco teórico da pesquisa;</li> <li>+ Elaboração do Relatório Final da pesquisa.</li> </ul>	Anual	UNIRIO

## 6.1. Descrição das atividades:

**Grupo de Estudos e Pesquisas** - realizado mensalmente na UNIRIO, com a proposta de realizar debates e configuração de referencial teórico, para o desenvolvimento das atividades extensionistas. Esclarecemos que o grupo de estudos é aberto à participação de discentes de outros cursos e universidades, bem como para profissionais diversos, que tenham interesse pelo campo sócio jurídico e, especificamente, pela temática das penas e medidas alternativas.

**Trabalho socioeducativo com os prestadores de serviços** – realizado quinzenalmente, com o objetivo de discutir o cotidiano da prestação dos serviços comunitários, assuntos atuais e diversificados no âmbito da vida social (cultura, política, educação, etc.) e o exercício da cidadania. O debate será desenvolvido por meio de filmes, vídeos, músicas e dinâmicas de grupo.

No início de cada semestre letivo, a equipe interdisciplinar da UNIRIO realizará o planejamento participativo dos temas e da dimensão técnico-operativa do projeto junto com os servidores da ESS e do PPGMS, da equipe técnica da 9ª Vara Federal Criminal e dos prestadores de serviços. Ou seja, a proposta é construir de maneira participativa as ações socioeducativas, escolhendo os temas a serem desenvolvidos e as técnicas a serem utilizadas. Ao final de cada encontro, realizaremos uma reunião com a equipe interdisciplinar para avaliarmos processualmente (monitoramento) as ações desenvolvidas, observando os indicadores de eficiência e eficácia. Ao final de cada semestre, realizamos com todos os participantes do grupo um processo de avaliação de resultado e indicação de temas de interesse para o próximo semestre. Todos os participantes receberão certificados de participação. Abaixo destacamos um exemplo de planejamento semestral do trabalho socioeducativo, com a temática Política.

Encontro	Atividade
1º	1. Apresentação da equipe 2. Apresentação do projeto 3. Regras do grupo 4. Escolha do tema e sugestões de instrumentos e técnicas de intervenção (Neste exemplo o tema escolhido foi <b>“Política”</b> )
2º	<b>Subtema: Política e Cultura / Economia</b> Técnica: Vídeo elaborado pela equipe “O que é política?”; “Qual a interface da política com a cultura e a economia?”
3º	<b>Subtema: Política e Cultura / Economia</b> Técnica: Animações “Homem Consumista” e “A história das coisas”
4º	<b>Subtema: Política e Cultura / Economia</b> Técnica: Dinâmica dos bichos e Depoimento “Não tem preço”
5º	<b>Subtema: Política e Cidadania</b> Técnica: Vídeo elaborado pela equipe “O que é cidadania?”
6º	<b>Subtema: Política e Cidadania</b> Técnica: música - Paz sem voz (Rappa) – A vida é desafio (Racionais Mc’s) - Rap da felicidade (Mc’s Cidinho e Doca
7º	<b>Subtema: Política e Cidadania</b> Técnica: Vídeo “Capitalismo e desigualdade social” Vídeo sobre as manifestações Só de sacanagem (ataque poético)
8º	<b>Subtema: Política e Execução penal</b> Técnica: Vídeo do Gregorio Duvivier que fala sobre direitos e privilégios Música: O homem na estrada (Racionais Mc’s)
9º	<b>Subtema: Política e Educação (como base para a emancipação da consciência crítica)</b> Filme - Escritores da Liberdade.
10º	Encerramento – avaliação do semestre; escolha de tema e metodologia para o semestre seguinte.

## **7. Avaliação**

A avaliação será sistemática e processual durante todo o processo de implantação e desenvolvimento das atividades do projeto, ou seja, ao término de cada encontro de capacitação, supervisão ou trabalho socioeducativo será realizada a monitoria e avaliação parcial. Ao final do projeto será realizada a avaliação final, com vistas a verificar a eficiência, eficácia e efetividade de suas propostas.

Abaixo destacamos a matriz avaliativa deste processo avaliativo final, que deverá ser analisada com vistas a realimentar o processo de planejamento e desenhar novas atividades e propostas extensionistas.

### 7.1. Matriz Avaliativa

Objetivos	Atividades	Indicadores	Instrumentos de Mensuração	Responsável
<p>Estudar temáticas articuladas ao campo sócio jurídico, e especificamente as penas e medidas alternativas.</p>	<p>Grupo de estudos e Pesquisa</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Quantidade de discentes de serviço social participantes;</li> <li>✚ Quantidade de profissionais e discentes de outros cursos participantes;</li> <li>✚ Assiduidade dos participantes;</li>   <li>✚ Nível de participação.</li> <li>✚ Qualidade dos debates, estudos e pesquisas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Lista de presença no livro ata do grupo de estudos;</li>   <li>✚ Reunião avaliativa – último encontro do grupo tem como proposta a avaliação dos encontros;</li> <li>✚ Questionário avaliativo do nível de satisfação, com indicação de sugestões.</li> </ul>	<p>Profa. Dra. Coord.</p> <p>Discentes</p> <p>Participantes</p>

<p>Estimular ações socioeducativas, que caracterizem um espaço de reflexão e informação para os prestadores de serviços, com vistas a repensar criticamente temáticas diversas no âmbito da vida social e, especificamente, do processo de cumprimento do serviço comunitário.</p>	<p>Trabalho socioeducativo com os prestadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Quantidade de prestadores participantes;</li> <li>✚ Assiduidade dos prestadores;</li> <li>✚ Periodicidade dos encontros.</li>   <li>✚ Qualidade dos debates e encontros;</li> <li>✚ Nível de participação dos prestadores;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Lista de presença no livro ata do trabalho socioeducativo;</li>   <li>✚ Reunião avaliativa – último encontro com o grupo tem como proposta a avaliação dos encontros;</li> <li>✚ Questionário avaliativo do nível de satisfação, com indicação de sugestões.</li> </ul>	<p>Profa. Dra. Coord. Discentes de SS Prestadores</p>
<p>Realizar o acompanhamento dos prestadores de serviços na Escola de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Memória Social.</p>	<p>Reunião com servidores da UNIRIO, que acompanham diariamente os prestadores de serviços</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ N. de servidores atendidos.</li> <li>✚ N. de servidores que obtiveram suas demandas atendidas.</li>   <li>✚ Qualidade dos atendimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Livro de ocorrências</li>   <li>✚ Reunião avaliativa com os servidores</li> </ul>	<p>Profa. Dra. Coord. Discentes de SS Servidores</p>

<p>Realizar o acompanhamento dos prestadores de serviços na Escola de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Memória Social.</p>	<p>Participar de reuniões agendadas ou eventuais com a equipe interdisciplinar da 9ª Vara Federal Criminal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ N. de reuniões realizadas.</li> <li>✚ N. de demandas atendidas.</li>   <li>✚ Qualidade das reuniões e efetivação do trabalho interinstitucional e interdisciplinar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Livro de ocorrências</li>   <li>✚ Reunião avaliativa com os servidores</li> </ul>	<p>Profa. Dra. Coord. Discentes de SS Servidores Equipe técnica da 9 VFC</p>
<p>Desenvolver projetos de pesquisa relacionados às categorias teóricas SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO, CIDADANIA e PENAS ALTERNATIVAS.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Elaboração da Pesquisa de campo;</li> <li>✚ Leituras e construção do marco teórico da pesquisa;</li> <li>✚ Elaboração do Relatório Final da pesquisa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Quantidade e qualidade das Leituras realizadas para a construção do marco teórico da pesquisa;</li> <li>✚ Quantidade e qualidade dos Trabalhos de Conclusão de Curso;</li> <li>✚ Relatório Final da Pesquisa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Relatórios parciais de pesquisa;</li> <li>✚ Projeto de pesquisa;</li> <li>✚ Reunião de apresentação e avaliação do projeto de pesquisa.</li> </ul>	<p>Profa. Dra. Coord. Discentes de SS Servidores Equipe técnica da 9 VFC</p>

## 8. Recursos

### 8.1 Recursos humanos

Coordenadora do projeto: 1

Vice coordenadores: 2

Discentes: 10 discentes: 5 bolsistas permanência; 3 bolsistas de iniciação científica (1 bolsista IC/UNIRIO, 1 bolsista PIBIC e 1 bolsista IC/FAPERJ) e 1 aluno extensionista voluntário; 1 mestrando.

### 8.2 Recursos Materiais

#### 8.2.1. Recursos Materiais de Consumo

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Custo Unitário</b>	<b>Custo Total</b>
Cartucho de tinta colorida para impressora multifuncional -11ml	5	R\$ 115,00	R\$ 575,00
Cartucho de tinta preta para impressora multifuncional - 14ml	5	R\$ 89,90	R\$ 449,50
Tesoura universal 17cm azul/preta	5	R\$ 6,70	R\$ 33,50
Resma de papel A4.	2	R\$ 10,90	R\$ 21,80
Pen Drive 8 GB	1	R\$ 34,90	R\$ 34,90
Livro ata s/margem preto 100fls	10	R\$ 4,80	R\$ 48,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 1.162,70</b>

### 8.2.2. Recursos Materiais Permanentes

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Custo Unitário</b>	<b>Custo Total</b>
Projeto VPL-EW130	1	R\$ 2.590,00	R\$ 2.590,00
Notebook - Processador Intel Core i3 2310M 2.10GHz	2	R\$ 1.498,00	R\$ 2.996,00
Microfones sem fio FM2002	1	R\$ 199,99	R\$ 199,99
Impressora Multifuncional	1	R\$ 370,00	R\$ 370,00
Amplificador caixa de som multi uso LL amplificada LL140 – 35W RMS	2	R\$ 344,80	R\$ 689,60
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 6.845,59</b>

### 9. Cronograma

Atividades	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Grupos de Estudo	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X
Trabalho socioeducativo com os prestadores	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X
Trabalho com os servidores da ESS e PPGMS	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X
Reuniões com a 9ª Vara Federal Criminal	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X
Avaliação do projeto de extensão	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X

## 10. Referências Bibliográficas

CUNHA ,Fernanda Lanzarini da. **O trabalho do assistente social na prestação de serviços à comunidade (PSC): relevância e sentido do cumprimento da pena alternativa para os prestadores da comarca de guaíba.** Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao curso de serviço social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em serviço social. Rio Grande do Sul, 2014.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade n. 62.** São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, Flávio Augusto Fontes de. **Penas e medidas alternativas: avanço ou retrocesso?** In: [www.direitocriminal.com.br](http://www.direitocriminal.com.br), 08.06.2001 Parte 1. Disponível em: <<http://www.tjpe.jus.br/documents/42190/96229/Penas+e+Medidas+Alternativas+-+Avanco+ou+Retrocesso.pdf/1671260c-083d-46cf-9710-fa587167d229?version=1.0>> Acesso em 27/04/2014.